

Sobre o Syriza e a sua vitória nas eleições gerais da Grécia

A 25 de janeiro de 2015, pela primeira vez na história da Grécia, um partido de esquerda, o Syriza, ganhou as eleições gerais com uma maioria de 36,4%, 8,5% acima da Nea Dimokratia (“Nova Democracia”), o tradicional partido de direita e principal força da anterior coligação governamental.

No entanto, o Syriza não alcançou a maioria absoluta, tendo apenas conquistado 149 lugares no parlamento (um mínimo de 151 lugares é necessário à obtenção de um voto de confiança). Por consequência, veio a formar uma coligação com os Anexartitoi Ellines (“Gregos Independentes”), um partido de direita nacionalista que obteve 4,75% dos votos e 13 assentos no parlamento. Tal colaboração tornou-se possível devido à firme oposição dos “Gregos Independentes” ao programa de medidas de austeridade (o memorando da Troika) nos anos anteriores, apesar de grandes diferenças entre os dois partidos em torno de temas como a imigração e a política externa.

O voto da classe trabalhadora e da pequena burguesia no Syriza foi uma vingança contra um governo de direita, cujo severo programa de austeridade originou efeitos desastrosos nas suas vidas, empurrando-os para a depressão e para tendências suicidas. Foi um voto contra as políticas do medo, que promoveram não só a repressão policial das lutas, mas igualmente numerosas, diárias, pequenas e deprimentes “guerras civis” entre os trabalhadores. Foi um voto contra a constante e monótona propaganda do dogma do “não há alternativa”. Nada ilustra melhor a populariedade do programa político alternativo do Syriza do que o seguinte exemplo: na noite do dia 25 de janeiro, os imigrantes “ilegais” do campo de concentração de Amygdazela, que se revoltaram contra o seu encarceramento no verão de 2013 e aos quais não se reconhece o direito de voto, cantavam, insistentemente, “Tsipras-Tsipras” na cara dos seus carcereiros.

Como procuraremos demonstrar ao longo do texto, as principais posições do Syriza são: a) a eliminação da grande parte da dívida pública, bem como outras medidas de redução da dívida e b) a abolição dos programas de austeridade previstos no memorando (i.e, de desvalorização do capital). É interessante verificar que, apenas recentemente, os quadros do Syriza expressaram visões otimistas acerca da aceitação das suas posições e propostas por parte dos credores, ou seja, os restantes membros da UE, o Banco Central Europeu (BCE) e o FMI. É possível que este otimismo esteja relacionado com o facto da contínua deflação e estagnação no seio da UE, aliada à queda do preço de petróleo, terem conduzido à criação de um amplo programa de “flexibilização quantitativa” (FQ), assente na compra de títulos, na quantia de 1 trilião de dólares, de forma a estimular a procura nas economias europeias. A recentemente anunciada estratégia de FQ assinala uma política de desvalorização inflacionária do capital dinheiro dentro da UE como um todo, por via da depreciação do euro. Tal poderá prevenir a imposição de novas medidas de austeridade em países específicos da UE ou o aperto dos déficits orçamentais, ainda que esta mudança não signifique o abandono do bom e velho terrorismo fiscal enquanto meio de atacar os proletários na UE.

Ulteriormente, alguns governantes europeus exprimiram apoio ou simpatia pelas posições do Syriza, como o ministro das finanças da Irlanda que, duas semanas antes das eleições gerais gregas, apoiou a ideia de uma conferência sobre a dívida europeia, ou o chanceler da Áustria que apontou críticas aos programas de austeridade e afirmou a sua vontade em discutir medidas específicas de reestruturação da dívida. Parece que, devido ao prolongamento da estagnação económica, uma pequena, mas cada vez maior, fração do capital europeu realiza pressão no sentido do abandono das duras políticas de austeridade promovidas pela Alemanha. Recentemente, alguns proeminentes economistas e colunistas financeiros não só vieram reconhecer que a reestruturação da dívida é necessária, como chegaram mesmo a apoiar o programa do Syriza no que respeita à substituição dos cortes na despesa pelo estímulo ao consumo [1]. Ainda que o dirigente social democrata alemão e presidente do Parlamento Europeu Martin Schulz tenha afirmado estar convicto da incapacidade da parte do Syriza em conseguir um corte na dívida grega, ele não deixou de mencionar a necessidade de se alcançar um “compromisso”.

Ao mesmo tempo, é possível que o Syriza venha a usar outros instrumentos de política externa, como a capacidade de veto, de forma a pressionar por concessões da parte da UE.

Como o Syriza se veio a tornar no partido maioritário grego

Syriza é o acrónimo de “Synaspismos Rizospastikis Aristeras”, a “Coligação da Esquerda Radical”, traduzido para português. Criado em janeiro de 2004, o Syriza nasceu da coligação de diversos partidos políticos e grupos de esquerda, sendo os mais importantes o Synaspismos (Coligação da Esquerda, dos Movimentos e da Ecologia), a AKOA (Esquerda Comunista e Ecologista Renovada), o KEDA (Movimento para a Unidade de Ação de Esquerda) e a KOE (Organização Comunista da Grécia). O Syriza foi transformado num único partido antes das eleições gerais de junho de 2012, quando parecia ser possível a vitória, possibilitando-se assim a obtenção do bónus de assentos parlamentares concedido ao partido maioritário, conforme definido pelo atual sistema eleitoral grego. O Synaspismos era, de longe, o maior e mais forte constituinte do Syriza, tendo sido inicialmente formado em 1989 enquanto coligação entre o KKE (o Partido Comunista pró-soviético) e a Esquerda Grega, o sucessor do KKE Interior (um partido eurocomunista que rompeu com o KKE em 1968). O KKE abandonou o Synaspismos em 1991, quando a facção stalinista mais ortodoxa expulsou os membros com uma orientação mais social-democrata, inclusive o secretário-geral do partido, que se demitiu e se manteve no Synaspismos. A AKOA rompeu com o KKE Interior no final da década de 80, enquanto o KEDA abandonou o KKE no início dos anos 90. O DEA resultou de uma cisão com Partido dos Trabalhadores Socialista, trotskista (associado com a Tendência Internacional Socialista) e a KOE foi o sucessora de um grupo dissidente de um partido maoista, o KKE – Marxista Leninista.

A criação do Syriza surge diretamente relacionada com a efervescência e o desenvolvimento político ocorridos durante o período do movimento “anti-globalização” e com a prevalência de um alegado discurso anti-neoliberal no seio desse movimento. Em particular, todos estes aparentemente heterogéneos grupos políticos uniram-se em torno da oposição à reestruturação neoliberal do estado social e optaram por um retorno a uma gestão mais social-democrata das relações sociais

capitalistas. O veículo organizativo desta unificação foi o “Espaço para o Diálogo e Unidade da Ação Comum da Esquerda”, a formação que organizou a participação da esquerda grega nas manifestações “anti-globalização” em Génova (2001). Existem ainda, sem dúvida, diferentes posições no seio do Syriza no que respeita uma série de temas, como a nacionalização da banca ou a participação na zona Euro. Porém, neste momento, os mais «radicais» sociais democratas, que defendem a nacionalização da banca, ou os designados de eurocépticos, a favor da saída da zona euro, estão no lado dos perdedores.



Antes do alastrar da “crise da dívida” em 2010 – a manifestação e o agravamento da prolongada crise da reprodução capitalista na Grécia – e da imposição da política de choque de desvalorização do capital constante e variável, através do infame “memorando” – i. e. os programas de austeridade associados aos empréstimos concedidos pelo Troika (FMI, BCE e UE) [2]- nos anos que seguiram, o Syriza nunca havia conquistado mais do 5% dos votos em ambas as eleições europeias e nacionais. O Syriza surgiu como o principal partido da oposição nas eleições gerais que se repetiram em 2012, apenas após o recuo, a recuperação e a derrota das lutas contra a imposição da política de desvalorização do capital (16,78% dos votos em maio e 26,9% em junho de 2012).

Este desenvolvimento, em grande parte, encontra-se relacionado com o papel central desempenhado pelo Syriza no seio do “movimento das praças” que eclodiu no final de maio de 2011, tendo durado vigorosamente mais de um ano. A principal manifestação do “movimento das praças” foi a ocupação da praça Syntagma (a praça central de Atenas à frente do Parlamento), que durou dois meses do verão de 2011. Este movimento parecia ultrapassar a lógica seccional dos sindicatos e questionar os partidos políticos da esquerda e as suas formas alienantes de representar as práticas da classe operária, bem como o sistema político como um todo. Contudo, tais perspetivas permaneceram ao nível do protesto político e da reivindicação de uma “democracia real / direta”, não obstante o seu papel crucial na convocação de greves contra o acordo de médio prazo e na organização das lutas contra as forças policiais do domínio capitalista em junho de 2011. O mecanismo partidário do Syriza e de outras organizações da esquerda participou, de forma incógnita, em importantes grupos de trabalho da praça, tendo assim conseguido, em grande parte, dominar o conteúdo e as formas de luta através da promoção de uma ideologia nacionalista de esquerda de “independência nacional”, “reconstrução produtiva da economia grega”, “cancelamento da dívida odiosa”, etc. Além disso, este mecanismo fez os possíveis por limitar a luta a um nível meramente simbólico, colocando em causa quaisquer sugestões práticas realizadas no sentido da expansão da luta para os locais de trabalho e centros de emprego, enquanto promovia a “provocadorologia” contra os que se batiam com a polícia nas manifestações de massa de então.

O “movimento das praças” baseava-se ora na criação de novas “assembleias populares” nos bairros de Atenas e das cidades provinciais, ora no temporário revigoramento das já existentes (com a sua genealogia a datar das revoltas de dezembro de 2008). No período subsequente ao movimento da Praça Syntagma verificou-se uma onda de mobilizações em defesa da “recusa dos pagamentos desde baixo”, organizado essencialmente pelas assembleias. As mobilizações focaram-se

principalmente na recusa do pagamento: a) de faturas de eletricidade que, à altura e ao longo dos próximos 3 anos, incluía uma nova sobretaxa de propriedade; a) os bilhetes de transportes, cujo preço havia sofrido aumentos; e c) as portagens, multiplicadas e com preços aumentados. Os membros de Syriza e outros militantes de esquerda que participaram nas “assembleias populares” promoveram uma mudança de perspectiva, da mobilização de atividades proletárias antagonistas – por exemplo, a reconexão de eletricidades em casas operárias ou o bloqueio/sabotagem das máquinas de venda de bilhetes nas estações de metro – para ações legais, que frequentemente envolviam os aparelhos dos municípios geridos por presidentes de câmara de esquerda/sociais-democratas. A tentativa da parte do Syriza de recuperar as mobilizações foram amplamente sucedidas e de forma relativamente fácil, dado a sua composição e conteúdo político inter-classista: as assembleias, mesmo quando predominantemente compostas por proletários de todos os tipos, nunca se definiram como coletividades da classe operária; antes, elas eram encaradas pela maioria dos seus membros como assembleias de cidadãos locais/indivíduos privados/proprietários em nome individual. A partir daí foi necessário apenas um pequeno passo para se chegar ao discurso social-democrata dos “direitos sociais dos cidadãos”, dos “direitos aos bens comuns”, etc. promovido pelo Syriza. Por exemplo, as assembleias de bairro organizaram uma série de supostas atividades solidárias, como cozinhas populares, centros de saúde auto-geridos, cooperativas de troca de produtos (simples), troca de serviços (por exemplo, ensino de línguas estrangeiras) num quadro interclassista e anti-governo. Esta estratégia de austeridade auto-gerida foi amplamente aceite pelo Syriza que, como se demonstrará, inclui a “economia social” ou “solidária” como um dos “pilares” do seu programa de “reconstrução produtiva da economia grega”. Atualmente, o Syriza controla uma parafernália de organizações de base “solidárias”, inclusive centros de saúde e farmácias auto-geridas, de trocas de produtos, mercearias de combate à pobreza, etc. A nossa posição de que a fronteira entre esses projetos e as organizações caritativas conduzidas pela Igreja e pelas ONGs é pouca clara foi recentemente confirmada pelas declarações de apoio à missão filantrópica da Igreja, expressas pelo presidente do Syriza num encontro com um arcebispo numa instituição religiosa caritativa. Além do mais, o Syriza utilizou as assembleias de bairro de forma a fortalecer as suas secções locais, que frequentemente copiavam a forma assembleária e recrutavam os membros das assembleias de bairro.

A capacidade do Syriza em substituir (de forma limitada, ainda que substancial) as funções do estado providência grego em desagregação foi aumentada pela sua recente vitória nas eleições locais. A título de exemplo, o Syriza gere a Região Administrativa de Attiki (a região grega mais populada, à qual pertence a cidade Atenas) desde setembro de 2014, tendo implementado a reconexão da eletricidade a um número significativo de habitações pobres através da atribuição de um subsídio de 360 euros por ano a cada habitação cuja eletricidade havia sido cortada.

Além disso, posteriormente à derrota das lutas no setor público (com a exceção da luta contra o sistema de avaliação dos novos trabalhadores e das unidades de produção, ainda pendente), uma derrota que ocorreu devido a uma série de causas, algumas das quais apresentadas nos nossos textos acima mencionados, o Syriza surgiu enquanto o partido político que viria restaurar o anterior status quo através do cancelamento das reduções de efetivos e dos despedimentos nas universidades e, de forma mais ampla, nos serviços públicos; e da reabertura da ERT (a rede de rádio e televisão de difusão nacional que havia sido encerrada pelo governo anterior, tendo

3000 empregados sido despedidos). No caso das lutas contra o encerramento de fábricas, o Syriza tem ativamente promovido a auto-gestão das fábricas pelos seus anteriores empregados, conforme o exemplo da VIOME [3], bem como a organização da distribuição dos seus produtos através de troca auto-gerida, sem intermediários. A auto-gestão de empresas falidas e a criação de novas empresas cooperativas, a auto-organização de redes de distribuição/consumo e a criação de associações de fábricas auto-geridas que providenciam funções de apoio, como serviços jurídicos, de consultadoria e de contabilidade, “de forma a criar a economias de escala” ou até a criação de instituições de crédito cooperativo constituem o programa do Syriza para o pilar da “economia social”, parte do seu plano de “reconstrução produtiva”.

No mesmo terreno da representação política, o poder do Syriza foi aumentado pelo sua resoluta oposição ao partido de extrema-direita Aurora Dourada. O seu impacto nos círculos nacionais foi amplamente reforçada após o refluxo do “movimento das praças”. Este movimento havia combinado uma “revolta da esquerda” de base com uma “revolta da direita”. Após a sua retirada, a facção mais passiva e racista da “revolta da direita” de base encontrou o seu representante político nesta formação partidária. Esta representação foi encorajada pelo partido de direita no governo e pelos mecanismos do “estado oculto”. Quando, em setembro de 2013, a violência física perpetrada pelos seus membros contra imigrantes e militantes de esquerda saiu de qualquer esfera de controlo, tendo-se tornado óbvia a sua autonomia em relação ao estado, os seus irmãos de direita no governo viram-se obrigados a colocar a sua liderança na cadeia. Porém, o verdadeiro vencedor da campanha anti-fascista iniciada pelo estado foi o Syriza, que havia apoiado todas as atividades anti-fascistas dentro e fora das “assembleias populares” nos anos interiores.[4]

A predominância de um discurso nacionalista no seio do movimento anti-austeridade, relativa à renegociação/redução do pagamento da dívida pública – uma redução estatal dos pagamentos feita a partir de cima (uma preocupação partilhada pela Aurora Dourada) oposta à recusa proletária dos pagamentos realizada desde baixo – e a “reconstrução produtiva da economia grega”, combinada com o predomínio de um discurso social-democrata em torno dos “direitos sociais dos cidadãos”, dos “direitos aos bens comuns”, “auto-gestão” e “economia social” abriram caminho à emergência do Syriza como o novo partido de poder. Após ter ativamente colocado em causa o desenvolvimento de lutas nos locais de trabalho, nas praças e nas ruas em direção a um movimento proletário que ameaçasse a dominação do capital e do seu estado, o Syriza conseguiu fazer da sua derrota o seu poder eleitoral. Um largo estrato da classe trabalhadora e da pequena burguesia colocou no sucesso eleitoral do Syriza as suas esperanças na reversão das políticas de desvalorização do capital. A nova coligação governamental representa a reconexão da “revolta de esquerda” de base com a mais ativa e anti-fascista “revolta da direita” no plano do estado capitalista. Será normal que tal venha a possibilitar uma nova fase de lutas reivindicativas da classe operária e da pequena burguesia.

O que acontece aos programas políticos de esquerda quando os movimentos sociais recuam?

É interessante delinear uma lista de mudanças no programa político do Syriza de 2010 até hoje. De modo a ilustrar tais mudanças de uma forma clara, dividimo-las pelas seguintes categorias:

A gestão da dívida pública: a principal posição do programa do Syriza no que respeita à reestruturação da dívida pública permaneceu a mesma desde 2010, isto é, renegociar a dívida pública com o objetivo de eliminar a sua grande parte. Recentemente, o Syriza evocou o precedente histórico, ocorrido em 1953, do perdão da dívida estabelecido no tratado assinado entre a República Federal da Alemanha e as nações credoras após a Conferência da Dívida em Londres. Por outro lado, as mudanças resumem-se a: a) em 2010 e 2011, o Syriza defendeu empréstimos diretos por parte do Banco Central Europeu (BCE), sob taxas de juro reduzidas, semelhantes às oferecidas aos bancos privados, enquanto, no seu mais recente programa, advoga políticas de “flexibilização quantitativa”, por via da compra de títulos de dívida pública pelo BCE; b) desde 2012, o Syriza propõe o diferimento do pagamento de juros até à recuperação da economia grega, bem como o estabelecimento de uma “cláusula de crescimento económico”, regulando o pagamento dos reembolsos; e c) em 2011, o Syriza reivindicava uma extensa audioria à dívida pública, de forma a cancelar a sua parte odiosa [5], uma posição que desde então foi removida do seu programa. É de referir igualmente que em 2010 e 2011 o Syriza defendeu a abolição dos Pactos de Estabilidade e Crescimento. Ademais, em 2010 o Syriza advogou a restrição da liberdade de circulação de capitais, por exemplo através da imposição da Taxa Tobin, uma posição que desde então foi expurgada do seu programa. Por último, no programa de 2015, o Syriza reivindica o estabelecimento de um período substancial de extensão dos pagamentos, garantindo que o estado grego não teria que responder a qualquer dívida durante alguns anos e permitindo a canalização imediata de fundos para despesas de investimento, de modo a “reiniciar-se a economia”.

Sistema bancário e dívida privada: Ocorreu uma mudança substancial no programa do Syriza relativo ao sistema bancário. Em particular, o Syriza defendia, em 2010 e 2011, a nacionalização da banca, enquanto em 2015 mencionam apenas o estabelecimento de um banco de investimento público e de uma série de instituições de crédito especializadas para pequenas empresas, empresas em auto-gestão e agricultores. Toda a referência à nacionalização da banca foi apagada. Desde 2011, o Syriza incluiu no seu programa uma provisão de liquidação do crédito mal parado de habitação e empresas, enquanto o programa de 2015 promete a proibição da venda em leilão das primeiras casas. Além disso, o programa de 2015 defende a liquidação da dívida privada ao estado devido a impostos ou a contribuições extraordinárias para os fundos da segurança social, através do estabelecimento de limites superiores às parcelas de dívida, calculadas com base no rendimento familiar. Simultaneamente, eles prometem parar com a execução de hipotecas e com a perseguição criminal dos indivíduos que liquidem as suas dívidas ao estado.

Privatizações/nacionalizações: o Syriza não alterou a sua posição de parar os processos de privatização de serviços de utilidade pública, empresas e infraestruturas públicas. No entanto, a sua posição inicial em 2010 de renacionalizar “gradualmente” as “empresas estratégicas”, tais como telecomunicação, eletricidade e infraestruturas como portos, aeroportos ou estradas, foi gradualmente abandonada. Desde 2012 que o Syriza faz depender a renacionalização de “infraestruturas e recursos estratégicos” com a disponibilidade de fundos, de forma a adquirir ações e direitos de propriedade, um condicionalismo que, em termos práticos, significa que a renacionalização não irá ocorrer. É igualmente desde esse ano que o Syriza defende a transferência da propriedade de recursos naturais e minerais para um fundo público, de modo a usá-los

como garantia da emissão de títulos de dívida pública. A sua posição de “re-regulação” do mercado (serviços, etc), advogada em 2010, foi abandonada.

Investimento público: os programas de 2010 relativos ao aumento do investimento público, enquanto medida quer de crescimento quer da suposta reconstrução produtiva da economia, não sofreu quaisquer mudanças. Neste contexto, eles prometem o aumento das despesas na investigação científica, maioritariamente conduzida nas universidades gregas, e o favorecimento de determinadas indústrias (por exemplo, de produção médica). Em 2015, o Syriza defende um “New Deal” Europeu que seja capaz de reverter a deflação e estimular o crescimento na Europa através de um programa de investimentos públicos financiado pela UE.

Impostos / despesas: a posição do Syriza em 2010 e 2011 relativa à imposição de uma taxa de 45% sobre os lucros não distribuídos das grandes empresas foi apagado do programa desde 2012. A sua promessa de abolir os benefícios fiscais do capital portuário, em 2010 e 2012, foi igualmente abandonada, uma vez que no seu mais recente programa apenas mencionam a revisão de todas as isenções e abolição daquelas que “não se encontrem relacionadas com a atividade portuária per se”. No que respeita à tributação de “nacionais”, a posição de aumento dos impostos diretos sobre os estratos privilegiados (em 2010-11) desapareceu, enquanto no programa de 2015 apenas se refere a gradual redução dos impostos diretos “após deliberação”, contrariamente à sua posição em 2010 de uma imediata redução dos impostos indiretos, e em 2012 de reduzir o imposto de valor acrescentado (IVA) no turismo e restauração. No entanto, no programa de 2015 o Syriza promete aumentar o rendimento livre de impostos a todos os nacionais até 12 000 euros, abolir o novo imposto sobre propriedade, o imposto sobre os combustíveis e o imposto fixo sobre trabalhadores em nome próprio. Adicionalmente, prometeram reduzir a carga fiscal sobre as pequenas empresas. No que concerne a despesa pública, durante 2010 e 2011 o Syriza defendeu o aumento do investimento público e a redução das despesas na área da defesa, enquanto, após 2012, o partido apenas menciona o congelamento da redução das despesas sociais. Depois de 2014 a sua posição é a de manutenção de um orçamento público equilibrado, algo que tende a equivaler à continuação da austeridade, apesar e em contradição com as suas promessas.

Salários/relações laborais: o programa do Syriza de 2010 prometia um aumento dos salários, das pensões e dos subsídios de desemprego. Um ano depois, a sua posição alterava-se para o imediato restabelecimento dos salários e pensões para os níveis de 2009, antes da imposição dos programas do memorando. Em 2012, apenas defendiam o congelamento das reduções de salários e de pensões e o gradual restabelecimento de salários para os níveis de 2009, independentemente do que isto significa, e limitavam as suas promessas ao imediato restabelecimento do salário mínimo. Em 2015 limitam-se a prometer o imediato restabelecimento do salário mínimo para os níveis de 2009. Em termos das relações de trabalho (isto é, a exploração), em 2010 defendiam a imposição de novas restrições aos despedimentos, enquanto após 2012 apenas prometerem abolir a legislação de 2010, que prevê uma “liberalização” do mercado de trabalho por via da facilitação dos despedimentos, a redução das indemnizações e a limitação da aplicação da contratação coletiva. O Syriza ainda defende a redução do trabalho precário através da abolição do emprego indireto e a da contenção da subcontratação no setor público. Contudo, e de forma contraditória, admitem recorrer a programas subsidiados de trabalho temporário nos municípios, bem como de

“programas de estágios”, de forma a reduzir o desemprego. Nos programas de 2012 e 2015, o Syriza promete igualmente a criminalização do emprego não declarado (informal) e o reforço da agência pública responsável pela legislação laboral. Por último, no seu mais recente programa, prometem restaurar o feriado aos domingos no comércio.

Subsídios: Em 2010, o Syriza prometeu o aumento dos subsídios de desemprego. No seu mais recente programa, a sua posição limita-se ao restabelecimento dos subsídios de desemprego para os níveis de 2009 (461 euros por 12 meses). Em 2012 prometeram a sua extensão aos trabalhadores por conta própria, enquanto no programa de 2015 referem apenas a redefinição dos subsídios de desemprego de forma a cobrir parte dos trabalhadores por conta própria sem rendimento. Ao passo que, em 2012, defendiam a extensão da duração até os 2 anos, no seu mais recente programa tal extensão contempla apenas os desempregados de longa duração. No entanto, eles prometem abolir as restrições impostas sobre a duração total dos subsídios (o total de 400 dias subsidiados ao longo de um período de 4 anos). O Syriza incluí igualmente neste programa uma série de subsídios com vista à redução da pobreza extrema, isto é, eletricidade gratuita e senhas de alimentação para 300 000 famílias, habitação gratuita para sem abrigo através da utilização de edifícios municipais vazios e subsídio de hotéis devolutos, serviços médicos gratuitos a desempregados e pessoas sem segurança social, transporte gratuito para desempregados e trabalhadores de baixos rendimentos. O Syriza compreendeu que podia ganhar muitos votos prometendo migalhas a um grupo significativo de famílias pobres.

Pensões: No passado, em 2010, o Syriza prometeu abolir todas as leis que haviam atacado os direitos à segurança social e às pensões desde 1990 e reconhecer a dívida do estado aos fundos da segurança social. No programa de 2012 esta posição foi apagada, limitando-se a prometer o restabelecimento das contribuições dos empregadores aos seus valores prévios superiores, o combate à evasão fiscal das empresas, o congelamento da redução das pensões, o “restabelecimento gradual das pensões” para os seus valores anteriores e a abolição da isenção de muitos empregos da categoria de “atividade de risco elevado”, uma medida favorável aos trabalhadores. Conforme mencionado, a promessa realizada em 2010-11 de restabelecer o nível das pensões para os valores de 2009 foi substituída, quer no programa de 2012, quer no de 2015, pela promessa de congelar as reduções. Ademais, no programa de 2015 afirma-se a vontade de rever a isenção de muitos empregos do regime de “atividade de risco elevado”, contrariamente à promessa da sua abolição imediata realizada em 2012. Eles admitem igualmente reduzir a idade de reforma em dois anos, ou seja, restabelecer a idade de reforma nos 65 anos para as pensões totais e nos 60 anos para as pensões reduzidas. Além disso, prometem abolir o novo método de cálculo das pensões após 1/1/2015, bem como as restrições à concessão de pensão reduzidas, as quais excluem muitos trabalhadores do direito à pensão de reforma (de acordo com estas restrições, um trabalhador deve possuir contribuições na ordem dos 100 dias por ano ao longo dos últimos 5 anos).

“Economia social” (setor auto-gerido): no programa de 2010, o Syriza não atribuía grande revelância à “economia social”, à exceção de uma referência ao apoio a associações agrícolas. Tal sofreu uma alteração a partir de 2012, quando o programa prometeu incentivos e edifícios para o desenvolvimento da “economia social”, tendo

sofrido uma completa alteração no programa de 2015, onde ficou evidente a elevada importância concedida pelo Syriza a este setor no que respeita à redução do desemprego e à “reconstrução produtiva da economia”. Esta mudança reflete o crescimento deste setor, à medida que cada vez mais trabalhadores colmatam parcialmente as suas necessidades ou chegam mesmo a cumprir os dois objetivos mencionados ao empenharem-se quer nestes projetos, quer em negócios de baixo custo. O programa promete, em particular, a ajuda da expropriação e auto-gestão de empresas falidas através da alteração da lei das falências. Prometem igualmente o apoio a empresas cooperativas e associações por via de isenções fiscais, subsídios europeus, financiamento por instituições de crédito público especializadas, bem como através da criação de instituições de apoio que disponibilizem serviços de consultadoria, tesouraria e jurídicos.

Função pública: O programa de 2012 prometia a abolição da lei de reduções e despedimentos na função pública. No programa de 2015, o Syriza promete o regresso aos postos de trabalho dos trabalhadores deste setor que foram alvo de despedimento ou tornados redundantes. Prometem igualmente o fim do sistema de avaliação de desempenho do departamento e do novo contratado, substituindo-o por um sistema de avaliação baseado em “fatores e indicadores objetivos”, o que quer que isso seja. Comprometem-se igualmente a acabar com a nova lei da função pública, estrita, disciplinária e imposta no contexto legislativo da aplicação do memorando. Por fim, prometem criar milhares de empregos permanentes na função pública nas áreas da educação, saúde e segurança social, parte do compromisso de criação de 300 000 postos de trabalho nos setores público, privado e auto-gerido.

O anteriormente apresentado e algo exaustivo catálogo de mudanças no programa do Syriza ilustra convincentemente a gradual diluição das suas posições para uma direção social democrata mais tímida, bem como as suas contradições. O ajustamento gradual do Syriza à *realpolitik* demonstra que, após a poda de grande parte das suas anteriores posições, encaradas como inaceitáveis por parte da estratégia neoliberal dominante na zona Euro, e da manutenção e dinamização das mais inofensivas, como as relativas à designada economia social, poderá transformar-se num “novo” e competente gestor do Estado capitalista

TPTG, janeiro de 2015



Apêndice: sobre alguns debates teóricos no seio do Syriza rapidamente colocados de lado

À minoria comunista anti-estatal na Europa e um pouco por todo o mundo que ainda se preocupe um pouco com os temas da comunização, do estado capitalista e da teoria do valor poderá interessar saber que um dos principais arquitetos do programa do Syriza – e membro da equipa negocial do novo governo com os restantes estados membro da UE – era, até à alguns anos, o principal teórico da façção Althusseriana do Syriza e o principal crítico da teoria de estado neo-gramsciana e da teoria de valor de esquerda ricardiana!

Seguem algumas citações interessantes dos seus textos:

É a “filtragem” parlamentar das distintas práticas de classe (não só da burguesia e dos seus aliados, mas da classe trabalhadora e afins) que torna possível a sua “representação” no seio do estado; que torna praticável a sua subsunção ao interesse geral capitalista. Não se trata de um partido em particular, mas de todo o sistema parlamentar a ligar as classes baixas à “classe política” de dominação capitalista. Não se trata de um partido em particular, mas do estado capitalista no seu todo a constituir o real “partido”, o verdadeiro “representante” do capital, a condensação da dominação capitalista. É por isso que, desde Marx, todas as “visões” e tentativas por parte dos veículos políticos reformistas de “conquistar” e socializar o estado acabaram na nacionalização dos visionários e num duro despertar [6]

A economia política de classe era uma teoria de valor inerentemente obreirista e uma teoria da exploração dos trabalhadores assalariados pelas classes proprietárias. As principais correntes do Marxismo adoptaram esta clássica teoria do valor e da exploração através da remoção da crítica que Marx lhe realizou. Esta mutação teórica encontra-se intrinsecamente relacionada com a mutação ideológica e política da Esquerda, de movimento de contestação radical a instrumento de gestão e reforma do sistema capitalista...Na sua versão “conservadora”, esta problemática levanta questões relativas ao salário “justo” do trabalhador, às suas “dignas condições de vida”, aos aumentos salariais de acordo com a produtividade do trabalho, etc. Noutras palavras, as reivindicações imediatas dos trabalhadores no seu conflito com o capital são elevadas ao estatuto de “ideal social”, uma vez que as formas de relações de poder capitalistas são encaradas como um “dado adquirido”. Na sua versão “radical”, a clássica teoria do valor e da exploração pressupõe um “capitalismo sem capitalistas privados”: “socialização”, isto é, a propriedade pública dos meios de produção é paralela à manutenção de todas as formas de economia e estado capitalistas...A transição de capitalismo para comunismo surge diretamente relacionado com a abolição da forma valor, isto é, dinheiro e mercadoria, e a forma empresa. John Millios, A crítica da economia política enquanto crítica à Esquerda Theseis #101, 2007..[7]

Muito bem Dr. Millios! Obrigado pela excelente crítica das políticas reformistas! Mas o que é que esta auto-reflexão tem a ver com o programa do Syriza? Absolutamente nada! O problema do desligamento entre teoria e prática é bem conhecido no movimento revolucionário desde a social democracia alemã. Há muitas décadas atrás, Paul Mattick apontou críticas a Kautsky pela sua incapacidade de imaginar uma teoria marxista suplementada por uma prática marxista adequada. Como tal, a sua concepção de que “para Marx, o valor era uma categoria estritamente histórica; que nem antes, nem depois do capitalismo existiu ou poderá existir uma produção de valor a diferir apenas na forma da do capitalismo” foi totalmente inútil. [8]

Com a academização e profissionalização da teoria marxista nas últimas décadas, tudo se tornou pior. Nos encontros políticos, conferências, grupos de leitura, acampamentos de verão, manifestações, etc, deparamo-nos constantemente com centenas de estudantes de doutoramento de esquerda, investigadores, jornalistas, etc. Acabamos assim por nos questionar, na maior parte de tempo, se tal deriva de um genuíno interesse numa política anti-capitalista que os trouxe aqui ou se este envolvimento é apenas um passo necessário a uma profissão garantida pelo estado capitalista, pela empresa privada ou pelo partido reformista.

Notas:

[1] Numa letra enviada ao Financial Times a 22/01/15, intitulada “Europe will benefit from Greece being given a fresh start”, Stiglitz, Pissarides e outros economistas burgueses “de topo” defendiam: a) a substituição de cortes na despesa pública por programas de investimento público, que aumentassem a procura e estimulassem o crescimento, bem como um “sistema de tributação mais eficiente”; b) “um aumento adicional condicional num período de graça, de forma à Grécia não ter de emitir qualquer dívida, por exemplo durante os próximos cinco anos e, nessa altura, caso esteja com um crescimento igual ou superior a 3%”; c) “redução da dívida, nomeadamente de dívida oficial bilateral, de modo a aumentar o espaço fiscal disponível” e d) “investimento suficiente para projectos de investimento eficientes, nomeadamente para exportações”. A mesma carta recordava o perdão da substancial dívida alemã na década de 50 e, no essencial, reproduzia muitas das propostas originalmente avançadas pelo Syriza.

[2] Para uma análise extensiva da crise capitalista, da sua gestão pelo estado grego e pela Internacional Capitalista (FMI, UE, BCE) e das lutas de classes que ocorreram na Grécia após 2010, vejam os nossos artigos: “Burdened with debt”, “Preliminary notes towards an account of the «movement of popular assemblies»”, “Down with the Stalinists! Down with the Bureaucrats”, “Burdened with debt reloaded”, “Counting Defeats: Internal devaluation, the failure of working class struggles in Greece & the Sino-Greek «success story»” e uma entrevista do nosso grupo a artigo a Juraj Katalenac “An Interview”, disponíveis aqui (http://www.tptg.gr/?page_id=105). [O **Passa Palavra** traduziu igualmente alguns dos artigos, disponíveis neste dossier [\[http://passapalavra.info/2014/11/100748\]](http://passapalavra.info/2014/11/100748)]

[3] VIOME é uma fábrica de materiais de construção, uma subsidiária da Filkeram & Johnson, que foi tomada pelos trabalhadores após a sua falência e abandono por parte dos seus proprietários. Para mais informação, ver aqui [\[http://www.viome.org/.\]](http://www.viome.org/)

[4] Para mais análises sobre o tema do fascismo/antifascismo, ver o nosso artigo, a ser publicado “Antifascism vs fascism: the first time as tragedy, the second time as farce”.

[5] De acordo com a doutrina da “dívida odiosa”, formulada por alguns juristas, a dívida pública “não deve ser transferida para o governo sucessivo se contraída sem o consentimento, ou caso não origine qualquer benefício, para o povo”. Ver <http://www.brookings.edu/research/articles/2003/03/spring-development-kremer>

[6] John Milios, *Marxism as conflict of currents*, Athens, 1996.

[7] John Milios, *The critique of political economy as a critique of the Left*, Theseis #101, 2007. Esta interpretação da teoria de Marx é baseada no trabalho desenvolvido por Michael Heinrich e pela escola de pensamento Neue Marx-Lektüre. Mas não entraremos aqui em detalhes.

[8] A citação é de Paul Mattick, Karl Kautsky: *From Marx to Hitler*, *Living Marxism*, vol.4, #7, 1939.

* Do original [“On SYRIZA’s Victory — statement by TPTG”](#). Traduzido pelo Passa Palavra.